



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UnICEUB**

**PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**BRISA MANUELA DOS REIS VANAZZI**

**MÉRCIA CORREIA LAZZARETTI**

**VIVÊNCIAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM O USO DE SUBSTÂNCIAS  
PSICOATIVAS: UM ESTUDO NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL**

**BRASÍLIA**

**2020**



**BRISA MANUELA DOS REIS VANAZZI**

**MÉRCIA CORREIA LAZZARETTI**

**VIVÊNCIAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM O USO DE SUBSTÂNCIAS  
PSICOATIVAS: UM ESTUDO NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL**

Relatório final de Pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

**BRASÍLIA**

**2020**

## RESUMO

Investigou-se a respeito das vivências de pessoas em situação de rua que usam ou que já usaram substâncias psicoativas (SPAs), utilizando como recorte a Revista Traços, um programa de reinserção social e geração de renda para pessoas em vulnerabilidade social, os chamados de Porta-Vozes da Cultura. Trata-se de um estudo qualitativo do tipo exploratório, realizado com quatro indivíduos adultos a partir de relatos de experiência mediados pelo uso de entrevista semiestruturada. As informações construídas foram analisadas pelo referencial teórico-metodológico orientado por Bardin (2016), que consistiu em três etapas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Desse modo, surgiram as seguintes categorias: caracterização do uso de substâncias psicoativas; experiência com programas voltados para usuários de álcool e outras drogas; história de vida e a situação de rua; e projeto social Revista Traços e o uso de substâncias psicoativas. Como resultado, foi possível construir análises sobre o modo como as pessoas se relacionam com o uso de substâncias psicoativas. Nota-se que a Revista Traços contribuiu para a transformação da vida dos Porta-Vozes da Cultura, diante da inserção no mercado de trabalho. O uso de substâncias psicoativas, em consequência disso, diminuiu e as funções exercidas pelo uso de SPAs modificaram-se. Foi possível perceber enquanto fator determinante para a situação de rua e o uso de SPAs à vulnerabilidade social vivenciada pelos participantes antes do ingresso a Revista Traços. Diante dos dados obtidos, concluí-se que a história de vida dos sujeitos está diretamente ligada à situação de rua e ao uso de substâncias psicoativas, programas sociais são capazes de mudar a perspectiva de vida de uma pessoa, oferecendo possibilidade de desenvolvimento econômico e social e, por fim, modelos baseados em abstinência mostraram-se ineficazes como forma de tratamento. A Política Nacional de Redução de Danos, dessa forma, torna-se uma alternativa ao último modelo.

**Palavras-Chave: Pessoas em Situação de Rua. Substâncias Psicoativas. Projeto Social.**

## SUMÁRIO

|            |  |           |
|------------|--|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>1</b>  |
| <b>2</b>   | <b>OBJETIVOS</b>   | <b>3</b>  |
| <b>2.1</b> | <b>OBJETIVO GERAL</b>  | <b>4</b>  |
| <b>2.2</b> | <b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>   | <b>4</b>  |
| <b>3</b>   | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>   | <b>4</b>  |
| <b>4</b>   | <b>METODOLOGIA</b>   | <b>11</b> |
| <b>4.1</b> | <b>PARTICIPANTES</b>   | <b>11</b> |
| <b>4.2</b> | <b>LOCAL</b>   | <b>11</b> |
| <b>4.3</b> | <b>MATERIAIS E INSTRUMENTOS</b>  | <b>12</b> |
| <b>4.4</b> | <b>PROCEDIMENTO</b>  | <b>12</b> |
| <b>4.5</b> | <b>ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONSTRUÍDAS</b>   | <b>13</b> |
| <b>5</b>   | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>  | <b>15</b> |
| <b>5.1</b> | <b>CARACTERIZAÇÃO DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS</b>                            | <b>16</b> |
| <b>5.2</b> | <b>EXPERIÊNCIAS COM PROGRAMAS VOLTADOS PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS</b> | <b>18</b> |
| <b>5.3</b> | <b>HISTÓRIA DE VIDA E A SITUAÇÃO DE RUA</b>  | <b>20</b> |
| <b>5.4</b> | <b>PROJETO SOCIAL REVISTA TRAÇOS E O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS</b>            | <b>23</b> |
| <b>6</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | <b>25</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS</b>   | <b>27</b> |
|            | <b>ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b>   | <b>30</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2008, o Governo Federal apresentou as diretrizes da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, em que se define a população em situação de rua como segmento social composto por indivíduos que estabelecem o espaço público da rua como palco de suas relações privadas (Serfaine & Luz, 2015). Assim, a pessoa em situação de rua é frequentemente aquela que não tem moradia fixa, pernoitando em abrigos e/ou espaços públicos, utilizando-se da rua como principal forma de sobrevivência. Partindo de tal definição, destaca-se que, para além de moradores de rua, tal grupo é caracterizado por sua heterogeneidade, constituído por uma diversidade de histórias e situações multifacetadas e multideterminadas (Serfaine & Luz, 2015).

A população em situação de rua é composta predominantemente por homens, pardos e alfabetizados que exercem algum tipo de atividade remunerada. No entanto, estes carregam histórias de vidas diversificadas e encontram-se em situação de rua por diversos motivos. Entre estes estão o desemprego, a ruptura de vínculos com a família e o abuso de substâncias psicoativas (Kunz, et. al, 2014; Serfaine & Luz, 2015).

Levando em consideração a complexidade das vivências das pessoas em situação de rua usuárias de SPAs, é um equívoco a leitura de tais conhecimentos de forma generalizada e individualizante. Também cabe destacar que, a inexistência de iniciativas governamentais para o levantamento de um censo e a disponibilização de tais dados até o início do século XXI demonstra o lugar atribuído a essa população dentro da sociedade e sua relação de negligência e invisibilidade com o Estado (Kunz, et. al, 2014; Serafina & Luz, 2015).

Assim, além das dificuldades de uma condição de vida precária, o estigma social constitui-se como um peso a mais, construindo e disseminando estereótipos negativos e legitimando a segregação e culpabilização dos próprios sujeitos (Moura & Ximenes, 2016). Tal prática resulta na associação da vida em rua com o uso de substância psicoativas (SPAs) e com os estigmas que acompanham o usuário, além de reforçar percepções que resumem o sujeito à noção de “vagabundo”, “drogado”, “criminoso” e “perigoso”. (Sicari & Zanella, 2018).

No entanto, partindo de tais percepções, adota-se uma postura analítica unidimensional, alienada de uma pluralidade de campos de compreensão que permitem

uma leitura completa destas vivências e a compreensão do contexto socioeconômico e cultural em que tais indivíduos se encontram (Kunz, et. al, 2014; Serafina & Luz, 2015). Assim, as dificuldades da vivência em rua, da extrema pobreza e do uso de substâncias psicoativas, quando esvaziada de sua história e seu contexto socioeconômico, são degeneradas, legitimando a segregação e culpabilização dos próprios sujeitos (Moura & Ximenes, 2016).

Tal perspectiva individualizante permite a proliferação de políticas higienizantes e naturalizantes, com foco na “limpeza” das cidades e ocultando o “lixo humano” em instituições hospitalares, penais ou em regiões com menor valor social. Na mesma lógica, limita-se a disponibilidade para serviços públicos, que não são legitimados na perspectiva em que o indivíduo é culpabilizado por sua miséria. Tais retrocessos têm sido legitimados no Brasil atual.

Com o fortalecimento de setores conservadores amparados no liberalismo econômico, a atual situação brasileira é caracterizada por uma expansão da privatização e um encolhimento de políticas públicas. O Brasil encontra-se em estado de cortes de verbas para ministérios de áreas sociais e redução do financiamento de programas sociais, diminuindo o alcance de tais políticas e expandindo a abrangência de medidas que visam à normalização do sujeito (Vasconcelos, 2016). Tais medidas representam um retrocesso na assistência às pessoas em situação de rua e usuários de SPAs.

Isso pode ser evidenciado na PEC 241, de 2016, que congela gastos públicos e na nomeação atual de um ministro da economia com estratégias liberais que podem intensificar a desigualdade social, o desemprego e a pobreza no Brasil. Ainda mais, com a reorientação recente das diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, reforça-se o uso de eletroconvulsoterapia, internações em hospitais psiquiátricos e o desvio, no trato com usuários de SPAs, do foco da redução de danos para enfatizar a abstinência e a internação em comunidades terapêuticas.

Diante de tal situação, a Psicologia pode assumir papéis diversos. Apesar de seu compromisso com a dignidade humana, o campo da Psicologia tem um histórico de reprodução de conhecimento que beneficia as elites e contribui para práticas marginalizantes (Gonçalves, 2010). Assim, exerce-se a patologização do considerado

socialmente “anormal”, empregando técnicas de normalização destes sujeitos que se constituem como um incômodo para a sociedade e isolando-o de seu contexto em um processo de psicologização do problema, onde o foco e o culpado principal é o indivíduo e as circunstâncias contextuais em que se encontra são abandonadas (Gonçalves, 2010).

Consequentemente, a Psicologia pode ser um campo fértil para a consolidação de atitudes que favorecem a marginalização, podendo reforçar o estabelecimento de políticas higienizadoras para a abordagem da problemática do uso de SPAs na população em situação de rua (Gonçalves, 2010).

No entanto, como previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, as práticas do psicólogo devem ser voltadas para atender demandas sociais e compreender o indivíduo dentro de seu contexto socioeconômico e cultural, destacando a necessidade da Psicologia de refletir sobre o seu papel para o contexto sociocultural do país e para populações em situação de vulnerabilidade. Assim, da mesma forma que concepções individualizantes contribuem para que a Psicologia fique alheia às demandas reais da sociedade, concepções que desnaturalizam a marginalização de determinados grupos sociais e permitem apontar para uma constituição histórica de tal exclusão, contribuem para uma melhor compreensão e inclusão de tais grupos (Gonçalves, 2010)

Diante de tais questões, ressalta-se a relevância, em um cenário que predomina práticas de retrocesso na garantia de direitos humanos, da Psicologia debruçar-se acerca do uso de SPAs na população em situação de rua, afastando-se de práticas que intensificam a marginalização de tal grupo e visando a garantia do cumprimento das demandas exigidas pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo.

## **2 OBJETIVOS**

Sendo assim, a partir das ideias discutidas, é pertinente levantar as seguintes questões: Como o uso de SPAs está ou esteve presente no cotidiano de pessoas de situação de rua? Como é a vivência das pessoas em situação de rua com o uso de SPAs e com programas voltados para atender esse público? Quais discursos prevalecem nas instituições de apoio à população em situação de rua?

Buscando responder tais questões surgiram o objetivo geral e os objetivos específicos, sendo estes:

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

- Investigar as vivências da população em situação de rua que usam ou que já usaram substâncias psicoativas.

### **2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Investigar as experiências de pessoas em situação de rua com programas voltados para usuários de substâncias psicoativas.
- Caracterizar como os moradores em situação de rua se relacionam com o uso de SPAs.

## **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Na segunda metade do século XX, a presença de pessoas em situação de rua intensifica-se nas grandes metrópoles do Brasil, em decorrência do grande crescimento industrial e seu subsequente êxodo rural e processo migratório. Atualmente, o número de pessoas em situação de rua vem se intensificando, entretanto, não se limitam a população migratória, mas se constituem principalmente de pessoas provenientes de áreas urbanas e concentradas em grandes metrópoles e cidades menores (Sicari & Zanella, 2018).

No censo de 2008, mostra-se que o Brasil tem 31,922 pessoas em situação de rua, quantia que é questionada pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), que estima cerca de 50,000 pessoas (Kunz, et. Al, 2014). Esse estudo também revelou que a população de rua é constituída principalmente por pessoas do sexo masculino (82%), com idade entre 25 e 44 anos (53%), que se declaram pardas (39,1%). Ainda mais, 74% são alfabetizadas e 79,9% exercem alguma atividade remunerada, mesmo que informal. Em questão de vínculo familiar, 51,9% possuem algum familiar na cidade em que se situam e 38,9% não têm contato com parentes (Sicari & Zanella, 2018).

As razões pelas quais as pessoas encontram-se em situação de rua são diversas, sendo que 35,5% por abuso de SPAs, 29,8% por conflitos familiares e 29,1% por desemprego. Identifica-se também a escolha pessoal pela moradia em rua, porém, não é



uma realidade comum (Sicari & Zanella, 2018). Essas diversas motivações para a situação em rua serão abordadas a seguir.

Um dos principais motivos para a situação de rua é a presença de conflitos familiares, podendo variar desde separações conjugais, abusos domésticos ou até abuso de substâncias psicoativas dentro do núcleo familiar. Tais conflitos fragilizam o vínculo com a família e o sentimento de pertença ao lugar onde vive, cumulando na tentativa de fuga de tais situações e na vivência em rua como forma de refúgio dos conflitos familiares (Sicari & Zanella, 2018).

Outro principal motivo para a situação de rua, o desemprego, se estabelece como consequência da intensificação do processo de globalização e do sistema capitalista. Estes resultam no desenvolvimento de um exército de reserva de possíveis trabalhadores que “sobram” dentro do capitalismo e são excluídos do mercado de trabalho (Sicari & Zanella, 2018). Diante de tal situação, o desemprego pode levar a situação de rua que, por sua vez, dificulta a obtenção de um trabalho formal. Assim, a própria ausência de um endereço fixo, combinado com o preconceito e representações sociais pejorativas atribuídas às pessoas em situação de rua, reduz de forma significativa as oportunidades de trabalho formal para pessoas em situação de rua (Sicari & Zanella, 2018).

No entanto, a realização de atividades remuneradas informais e/ou ilegais é frequente entre pessoas em situação de rua (Sicari & Zanella, 2018). Assim, vigilância de carros, catar materiais recicláveis, a mendicância, o trabalho em construção civil, entre outros, são vistos como oportunidades de sobrevivência financeira. É importante ressaltar, que essa população se encontra em situação de extrema vulnerabilidade em relação a obtenção de trabalho, estando suscetível a aceitação de qualquer emprego, indiferente das condições de trabalho e de remuneração, dificultando a exigência de seus direitos trabalhistas (Sicari & Zanella, 2018). Por fim, o abuso de substâncias psicoativas, que também se encontra entre as principais motivações para a situação de rua, será abordado a seguir.

Referindo-se a substâncias de consumo humano que atuam sobre e alteram o funcionamento do sistema nervoso central de diversas formas, as substâncias psicoativas podem ser categorizadas em três grupos principais: os depressores, que diminuem a atividade do SNC (álcool, soníferos, inalantes, opiáceos, etc.); os estimulantes, que

umentam a atividade do SNC (cocaína, crack, merla, etc.); e os perturbadores, que modificam qualitativamente a atividade do SNC (THC, LSD, ecstasy, mescalina, etc.) (CEBRID, 2011).

No Brasil, estima-se que 74,6% da população fez uso de álcool em algum momento de suas vidas e 44% fez uso de tabaco, enquanto 12,3% declaram-se dependentes de álcool e 10,1% de tabaco. Ainda mais, 19,4% declaram terem feito uso de substâncias ilícitas. Destas substâncias, a maconha é a mais consumida entre os brasileiros (8,8%), seguida de solventes (6,1%), benzodiazepínicos (5,6%), anorexígenos (3,2%), cocaína (2,9%) e crack (0,6%) (MSC, 2017).

Entre as SPAs mais consumidas entre pessoas em situação de rua encontram-se o álcool e o crack (Sicari & Zanella, 2018). O uso de tais substâncias entre pessoas em situação de rua é complexo e deve ser analisado de forma que leve em consideração as múltiplas causalidades da situação do indivíduo, tanto como morador de rua quanto usuário de SPAs.

Considera-se que o uso de SPAs e seus efeitos sobre o indivíduo não depende somente de sua composição química e interações com o biológico do indivíduo, mas é determinado por uma complexa relação entre o químico, o biológico, o individual e o ambiental (Hart, 2014). Assim, considera-se como elementos fundamentais para a compreensão dos efeitos de SPAs: a disposição individual (as expectativas para o consumo da substância e o estado de ânimo); o contexto (cenário cultural, social e físico em que a pessoa se encontra); e a substância (composição química, dose utilizada e forma de administração) (Hart, 2014).

Consequentemente, a compreensão homogênea e padronizada do usuário de SPAs é errônea, sendo que estes podem estabelecer uma diversidade de relações com o uso de SPAs, variando desde usuários recreativos que fazem uso esporádico, usuários habituais que usam de forma mais constante, e usuários dependentes, em que o indivíduo demonstra dificuldades em controlar o uso de SPAs apesar de obter consequências negativas (Moura & Ximenes, 2016). Ainda mais, é importante ressaltar que pessoas que fazem uso abusivo de SPAs são seres desejantes que não são completamente levados pelo desejo da droga, sendo capazes de tomar decisões de forma racional (Hart, 2014; Moura & Ximenes, 2016).

Entre pessoas em situação de rua, o uso de SPAs também pode tomar diversos significados e funcionalidades (Alcantara, et. al, 2015; Sicari & Zanella, 2018). Em certos casos manifesta-se como causa da situação de rua, decorrente do abuso de álcool ou outras drogas, levando a instabilidade de vínculos com a família, a dificuldade de manutenção de um emprego formal e, conseqüentemente, ao desalojamento (Alcantara, et. al, 2015; Sicari & Zanella, 2018).

Por outro lado, a situação de rua em si, as problemáticas que à acompanham, o sofrimento atrelado à situação precária de vida e o isolamento social, podem ser compreendidos como geradores de uma fragilidade emocional que resulta no uso de SPAs como tentativa de minimização de sofrimento psíquico e físico. Assim, o uso de SPAs entre pessoas em situação de rua pode se manifestar tanto como causa principal da situação precária de vida, quanto instrumento utilizado para a minimização do sofrimento psíquico, podendo também se alternar, hora servindo de conforto, hora intensificando a condição de rua (Alcantara, et. al, 2015; Sicari & Zanella, 2018).

O uso de substâncias psicoativas sempre esteve presente na experiência do ser humano em sociedade, sendo utilizada por várias razões, como motivos culturais, religiosos, transcendentais, festivos ou sociais (Machado & Boarini, 2013). Assim, os significados atribuídos ao consumo de tais substâncias têm variado ao longo da história, passando de uma compreensão medicinal e curativa do uso de SPAs, para a problematização de seu uso e o estabelecimento de uma percepção proibicionista ligada à esfera biomédica e à Justiça (Machado & Boarini, 2013; Mendes & Horr, 2014).

Diante de tal cenário, o uso de SPAs consideradas ilícitas passou a ser tratado com intervenção e repressão estatal, aderindo à uma lógica que demoniza o seu consumo, utiliza tratamentos com características asilares e considera o usuário um doente incapaz de tomada de escolha. Ainda mais, a abstinência é exigida como quesito de obtenção de tratamento, o que resulta no abandono de pessoas que não conseguiam ou não queriam parar o consumo de SPAs. Conseqüentemente, a taxa do uso de SPAs continuou crescendo, fazendo-se necessário o desenvolvimento de outra estratégia (Machado & Boarini, 2013; Mendes & Horr, 2014).

A redução de danos surgiu com a epidemia de AIDs nos anos 80, como estratégia de prevenção da contração do vírus através da distribuição de seringas descartáveis a usuários de SPAs injetáveis. A partir daí, foi-se extrapolada para a área de cuidados com usuário de SPAs (Machado & Boarini, 2013).

A redução de danos constitui-se como estratégia de minimização das consequências adversas ao uso de SPAs, considerando o usuário como sujeito ativo, útil e capaz de exercer sua liberdade e cidadania, sem a exigência da abstinência. Assim, mantém um olhar atento para a independência do sujeito, sua cultura e contexto pessoal, sua individualidade e seus desejos, ao mesmo tempo que se garante os direitos de acesso à tratamento e cuidados quando necessários, considerando que grande parte de usuários de SPAs não desenvolvem graves danos à saúde (Machado & Boarini, 2013; Mendes & Horr, 2014; Souza, et. al, 2017).

Traços na segunda categoria

No entanto, o discurso atual utilizado no desenvolvimento e na gestão de políticas públicas relacionadas ao uso de SPAs, está relacionado a práticas manicomiais e higienizantes, baseadas no preconceito e em percepções pejorativas da pessoa em situação de rua usuária de SPAs, dificultando a implementação de políticas que visam a redução de danos como substituto à práticas baseadas na abstinência, no proibicionismo, e na abordagem judicial de desses indivíduos.

Partindo de uma perspectiva foucaultiana, essa atitude pode ser entendida como mecanismo de poder e disciplina utilizado para a normalização de indivíduos e partindo de um jogo de verdades, em que tais verdades não são intrinsecamente legítimas, mas culturalmente estabelecidas, naturalizadas, fortalecidas ou descartadas (Neto, 2017). Assim, entende-se que a manutenção de práticas repressivas diante da população de rua usuária de SPAs parte de uma tentativa de manutenção de uma “norma” e um “padrão” social, fundamentados por “verdades” historicamente estabelecidos que são contestadas por perspectivas que compreendem a complexidade da vivência de tal população.

As “verdades” acerca da pessoa em situação de rua passaram por uma transformação ao longo do tempo (Sicari & Zanella, 2018). A população de rua era compreendida como migrantes e desempregados, o que mudou nos anos 2000, em que se começa a compreendê-la como pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão. Isso permite o

desenvolvimento de políticas públicas, mas também intensifica o preconceito social, que é reforçado por uma crescente racionalização da percepção social referente à população de rua (Sicari & Zanella, 2018).

Deixa-se de lado uma solidariedade que antes era mais predominante e desloca-se a ideia de que o indivíduo está em estado de sofrimento para a noção de que este constitui-se como um risco e uma ameaça (Sicari & Zanella, 2018). Atualmente, a imagem social da pessoa em situação de rua está atrelada a criminalidade, a loucura, a pobreza ou a irresponsabilidade, imagem reproduzida na mídia e em noticiários, em que a população de rua é sempre vinculada a criminalidade ou então à degradação do espaço público.

Semelhantemente, o usuário de SPAs é socialmente percebido como drogado, doente ou criminoso e a associação da vida em rua com o uso de SPAs resulta em um estigma duplo desse grupo social. Essas representações sociais culminam em sentimentos de auto rejeição, baixa autoestima, vergonha e culpa entre pessoas em situação de rua usuária de SPAs (Sicari & Zanella, 2018), indicando a importância de determinantes sociais para os processos identitários e de subjetivação dos indivíduos (Neto, 2017; Soler, 2008).

Partindo de uma perspectiva foucaultiana, isso indica que a noção de indivíduo e a noção de sociedade, de Estado ou do setor público não se opõem, mas se influenciam, algo que pode ser identificado quando o público atinge o indivíduo em sua autoimagem, afetando sua subjetivação (Neto, 2017; Soler, 2008). Para Foucault, a noção de subjetividade é a constituição histórica de diferentes formas de sujeito em relação aos jogos de verdade. Ou seja, não existe um sujeito essencial e padrão, mas sim um processo de subjetivação baseado no contexto em que a pessoa existe e nas verdades naturalizadas que este determina como verdades (Neto, 2017; Soler, 2008).

O indivíduo é alvo de um esquadramento histórico, constituído por práticas políticas, disciplinas, vigilância, exames e outros instrumentos que objetivam a instauração da regulamentação dos comportamentos e das subjetivações individuais (Soler, 2008). O sujeito é constituído por uma variedade de identidades que partem de tal padronização de diversos aspectos da vida cotidiana, tais como gênero, sexualidade, classe social, etnia, etc. Assim, a subjetividade é a maneira como o sujeito experiencia a si mesmo em relação consigo mesmo, sendo que, essa relação consigo mesmo implica na relação conosco e com

os outros. Dentro dessa lógica, os outros também são nós mesmos e as práticas de si também são práticas sociais (Neto, 2017).

Foucault determina diferentes modos de subjetivação: o assujeitamento e a subjetivação autônoma (Neto, 2017; Soler, 2008). O assujeitamento é o sujeito subjetivado pela extração de uma verdade construída e imposta por mecanismos disciplinares presentes na sociedade. Assim, a sujeição manifesta-se em sujeitos constituídos por identidades e subjetividades baseadas principalmente em verdades culturalmente impostas.

No entanto, o exercício de poder sobre a regulamentação de comportamentos e de subjetivações só se encontra como necessário a partir da premissa de um sujeito livre que deve ser contido. Conclui-se que poder e liberdade não são mutuamente excludentes e a pesar das verdades construídas e impostas o sujeito é autor de resistências a esse poder, podendo ser considerado como ser livre. Assim, a liberdade do sujeito pode ser reduzida à resistência, mas não é um ser alienado e totalmente dominado, tendo a liberdade de reagir de diferentes maneiras.

A partir dessa resistência, surge uma diferente forma de subjetivação que se desenvolve com base em uma atitude crítica perante os jogos de verdade estabelecidos, possibilitando o tornar-se sujeito sem ser sujeitado (Neto, 2017; Soler, 2008). A noção de crítica utilizada por Foucault refere-se a arte de não ser governado de tal forma específica, de indocilidade voluntária, focando na relação entre poder, verdade e sujeito. Não se trata de uma indocilidade essencial, contra tudo, mas a liberdade de não querer ser governado de tal forma específica, a tal preço. Assim, a crítica possibilita a liberdade para a prática de ser e para a autonomia em contraposição a obediência, obtendo como função o desassujeitamento dentro do jogo de verdades, propiciando uma subjetividade que se relaciona com as verdades impostas, mas não se limita a elas (Neto, 2017).

Partindo de tal teorização, conclui-se que abordagens governamentais com a pessoa em situação de rua usuária de SPAs, passam por mecanismos de poder que visam a padronização dessa população, utilizando-se de verdades estabelecidas e naturalizadas, mas que acabam por higienizar, excluir e marginalizar. Assim, identifica-se a individualização e culpabilização de tal população por suas condições precárias de vida, a crença na associação da população de rua usuária de SPAS com a criminalidade e com a ameaça à comunidade, a

noção de que tal população é “drogado” e sem capacidade de tomar decisões e realizar escolhas, e a ideia pejorativa de desempregado como “vagabundo”, “preguiçoso” e “aproveitador”.

Essas “verdades” naturalizadas impactam os processos de subjetivação de sujeito pertencentes a essa população, possibilitando subjetividades que integram tais compreensões pejorativas, resultando em baixa autoestima, autoimagem negativa e sentimentos de culpa e vergonha relativos à situação de rua e ao uso de SPAs. Por outro lado, a subjetivação dessa população também pode manifestar-se em resistência a tais percepções, criticando atitudes sociais que intensificam sua marginalização e resultando no desenvolvimento de uma subjetividade mais autêntica e autônoma.

#### **4 METODOLOGIA**

A pesquisa qualitativa compreende a construção subjetiva da realidade, descobrir e elaborar teorias e estudar as relações complexas ao invés de explicá-las por meio de variáveis (Günther, 2006). Ainda, percebe-se que o objeto de estudo qualitativo encontra-se na historicidade, ou seja, no processo de desenvolvimento do indivíduo em conjunto com o contexto (Queiroz, Vall, Souza & Vieira, 2007; Günther, 2006). De acordo com os objetivos, a pesquisa é caracterizada como exploratória, ou seja, busca proporcionar maior familiaridade com o problema, de modo a construir hipóteses ou torná-lo mais explícito (Gerhardt & Silveira, 2009).

##### **4.1 PARTICIPANTES**

O estudo foi composto por quatro indivíduos adultos, sendo estes três do sexo masculino e uma do sexo feminino. Utilizados os seguintes critérios de inclusão: Indivíduos que usam/usaram substâncias psicoativas e que vivenciaram ou estão em situação de rua. Ainda, foram atribuídos nomes fictícios para manter o sigilo das informações prestadas.

##### **4.2 LOCAL**

A pesquisa foi realizada em uma sala reservada na Revista Traços. A última foi criada para visibilizar manifestações culturais da cidade, com conteúdos sobre arte, música, lugares, pessoas e outros temas que envolvem a capital. A Revista é um instrumento de

reinserção social para pessoas em situação de rua, chamados de Porta-Vozes da cultura, que são os responsáveis por comercializar a Traços. A ideia é que, por meio da venda das revistas, o porta-voz consiga obter trabalho e renda fixos, o que contribui para proporcionar a saída do ciclo de pobreza e das limitações das ruas, estimulando autocuidado e recuperação da autoestima.

### **4.3 MATERIAIS E INSTRUMENTOS**

Dentre os instrumentos utilizados destaca-se o diário de campo e a entrevista semiestruturada. O diário de campo é um instrumento de registro individual do pesquisador em que se utiliza de um caderno com espaço para anotações, comentários, acontecimentos, experiências pessoais do investigador, observações de fatos concretos, sentimentos e reflexões (Víctora, Knauth, & Hassen 2000; Falkembach, 1987).

A entrevista tem como necessidade o planejamento de questões que atinjam os objetivos pretendidos e envolve um processo de interação no qual o entrevistador visa à obtenção de informações por parte do entrevistado (Boni & Quaresma, 2005). A entrevista pode ser do tipo semiestruturada, que possui como características um roteiro previamente elaborado, constituído por perguntas abertas e fechadas, tendo a possibilidade de discorrer a respeito do tema proposto (Boni & Quaresma, 2005).

Foi utilizado gravador para anotar com precisão e fidelidade as falas e compará-las com os demais relatos apresentados, levando em conta que esse instrumento representa uma ampliação do poder de registro e da compreensão da narrativa (Schraiber, 1995).

### **4.4 PROCEDIMENTO**

Inicialmente, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e após a análise e aprovação do projeto (número do protocolo de aprovação: 24410619.0.0000.0023), foi feito o contato com a Revista Traços com o intuito de agendar encontros para realizar conversas individuais com os Porta-Vozes. Em virtude da pandemia do novo Coronavírus e das consequentes medidas de distanciamento social outorgadas pelo decreto nº 40539 em 19 de março de 2020, algumas modificações no projeto original precisaram ser feitas. Após as consequentes modificações no projeto e com a reabertura do campo de pesquisa, deu-se início a pesquisa. No primeiro momento as pesquisadoras apresentaram e explicaram os



objetivos da pesquisa levando em conta os critérios de inclusão. Entramos em contato com os participantes que se mostraram interessados, marcamos as entrevistas individuais e em seguida pedimos para que assinassem o TCLE. Fizemos a primeira entrevista no dia 17/09, com duração de duas horas. A segunda no dia 24/09, com duração de uma hora e meia. A terceira e a quarta no dia 07/10, com duração de duas horas. Ainda, foi utilizado gravador para transcrição das falas com precisão. Por fim, foram feitas anotações no diário de campo imediatamente após os encontros.

#### **4.5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTRUÍDAS**

As informações construídas foram analisadas por meio do referencial teórico-metodológico orientado por Bardin (2016), que consistiu em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material e; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise se trata de uma fase de organização desenvolvida para sistematizar ideias iniciais. Essa fase, normalmente, possui três missões que não necessariamente seguem uma ordem, mas são conectadas entre si, sendo estas: escolha dos documentos a serem submetidos à análise, formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final (Bardin, 2016).

De maneira geral, o que acontece é uma organização do material que será investigado para que o analista possa fazer análises. Com base nisso, a primeira fase constitui: a) leitura “flutuante”, em que há o primeiro contato com os documentos que serão analisados, levando em consideração as impressões a respeito destes; b) a escolha dos documentos, em que se define se os documentos de análise serão feitos a priori ou a posteriori. Após a escolha é necessário constituir um *corpus* (conjunto de documentos levados em conta para serem submetidos aos procedimentos de análise); c) a formulação das hipóteses e dos objetivos, que se trata de uma afirmação provisória a ser confirmada, utilizando-se dos procedimentos de análise (Bardin, 2016).

As hipóteses podem surgir através de procedimentos fechados, em que são utilizados métodos de observação que funcionam segundo mecanismos de indução e servem para experimentar hipóteses, ou através dos procedimentos de exploração, em que, a partir dos próprios textos, é possível fazer ligações entre variáveis diferentes, funcionando como um processo dedutivo que facilita a construção de novas hipóteses; d) a referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores, que diz respeito a uma escolha dos índices e sua

organização sistemática em indicadores, sendo os últimos geralmente certificados quando a eficácia e pertinência, e; e) preparação do material, que conta com a preparação do material que foi reunido para que depois possa se fazer a análise (Bardin, 2016).

A escolha dos dados a serem analisados implica no seguimento de algumas regras, sendo estas: a regra da exaustividade (quando o *corpus* é definido é preciso levar em consideração todos os elementos dele), a regra da representatividade (a amostra só será rigorosa se os resultados obtidos puderem ser generalizados), regra da homogeneidade (os documentos retidos devem obedecer a critérios precisos de escolha, ou seja, deve-se utilizar de técnicas idênticas e indivíduos semelhantes), regra da pertinência (os documentos escolhidos devem ser adequados e corresponderem ao objetivo da análise) e a regra da exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria) (Bardin, 2016).

Caso a primeira fase seja concluída corretamente, a segunda fase é realizada, definida como exploração do material. Esta se caracteriza como a aplicação sistemática de todas as decisões tomadas, partilhando da escolha de alguns procedimentos de codificação, que diz respeito à escolha em unidades de registro (recorte), a seleção de regras de contagem (enumeração) e a escolha de categorias (classificação e agregação); classificação, em que são agrupados por meio da sintaxe, ou seja, da expressão e do sentido das palavras; e categorização, que permite reunir um maior número de informações por meio da esquematização, correlacionando classes de acontecimentos a fim de ordená-los. Após a escolha da codificação, classifica-se em blocos que expressem categorias, confirmando ou modificando hipóteses e referenciais teóricos propostos inicialmente. Dessa forma, as categorias tornam-se mais claras e pertinentes aos propósitos do estudo (Bardin, 2016).

As categorias devem possuir qualidades de exclusão mútua (cada elemento só pode existir em uma categoria), homogeneidade (necessidade de uma dimensão de análise), pertinência (as categorias devem dizer respeito às intenções do investigador), objetividade e fidelidade (categorias devem ser bem definidas) e produtividade (as categorias são produtivas se os resultados forem férteis em inferência). Após isso, os temas serão agrupados nas categorias definidas em quadros matriciais e passa-se a construção da

definição de cada categoria. Essas categorias podem ser criadas a partir da teoria ou após a coleta de dados (Bardin, 2016).

A terceira, e última fase, é a do tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Os resultados são tratados de forma significativa e válida e o analista, através disso, propõe inferências e adianta interpretações a respeito dos objetivos previstos ou de descobertas inesperadas. A inferência é um instrumento de indução (roteiro de entrevistas) para se investigar as causas a partir dos efeitos. Após isso, tem-se a interpretação dos conceitos e proposições, dessa forma, ao descobrir um tema nos dados é necessário comparar enunciados para ver se existe um conceito unificador. Por fim, a proposição é um enunciado geral baseado nos dados, assim, parte-se do princípio que as proposições são verdadeiras ou erradas. Na interpretação dos dados é necessário voltar à teoria, já que, dessa forma, obtendo uma relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, tem-se o sentido da interpretação. Os resultados obtidos, as confrontações sistemáticas com o material e as inferências feitas podem servir de base para outras análises (Bardin, 2016).

Para Bardin, a categorização “[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (2016, p. 147).

Após a realização da análise de conteúdo emergiram as seguintes categorias: caracterização do uso de substâncias psicoativas; experiências com programas voltados para usuários de álcool e outras drogas; história de vida e a situação de rua; e projeto social Revista Traços e o uso de substâncias psicoativas.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Participaram da pesquisa quatro indivíduos: Pedro, Matheus, João e Ana (nomes fictícios). O Pedro tem cerca de 60 anos de idade e esteve em situação de rua de forma intermitente a partir dos 10 anos, sendo que passou 23 anos em cárcere e está há cerca de 4 anos na Revista Traços. Matheus tem 31 anos de idade, 20 anos em situação de rua e 4 anos no projeto. João tem 50 anos de idade, cerca de 16 anos em situação de rua e está a 4 anos na Revista Traços. Por fim, a Ana tem 39 anos de idade, passou 35 anos em situação de rua e está a 4 anos no projeto.

## 5.1 CARACTERIZAÇÃO DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Entre as SPAs utilizadas pelos participantes, encontram-se álcool, tabaco, maconha, canabidiol, medicamentos psicotrópicos, solventes (cola, thinner, esmalte), cocaína, GHB e crack. Todos os participantes relataram experiências com o uso de álcool e tabaco, que se constituem enquanto as SPAs mais utilizadas pela população brasileira, de acordo com a MJC (2017). Em terceiro lugar entre as SPAs mais utilizadas, encontra-se a maconha (MJC, 2017), também utilizada por três participantes. Dois participantes relataram o uso de medicamentos psicotrópico, com prescrição médica e dois relataram o uso de crack. Somente um participante relatou um histórico de uso de solventes e outro um histórico de uso de GHB e canabidiol.

Ao mesmo tempo que o uso de SPAs entre pessoas em situação de rua aparenta refletir estatísticas do uso de SPAs na população geral, também deve-se enfatizar a diversidade de vivências, considerando-se os contextos específicos de cada indivíduo e suas subjetividades particulares. No entanto, o uso de SPAs entre pessoas em situação de rua é frequentemente estigmatizado, depreciado e criminalizado, sendo comum o discurso uniformizando o uso de SPAs, culpabilizando ou patologizando os indivíduos, tomando narrativas caracterizadas pela diversidade e as transformando no estereótipo do “viciado” (Moura & Ximenes, 2016).

Uma compreensão homogênea e individualizante de tal fenômeno é errônea, em decorrência das interações que o uso de SPAs exerce com outras dimensões do indivíduo. Os efeitos do uso de SPAs dependem da relação entre a química da substância com a biologia do indivíduo específico, sua própria individualidade e condições psíquicas, e seu contexto ambiental (Hart, 2014). Assim, o uso de SPAs entre as pessoas em situação de rua podem ter diversas funções, diferenciando entre os indivíduos e podendo surgir como estratégia para combater o frio da rua ou o desconforto da fome, como parte da vida social e forma de diversão, ou até como forma de lidar emocionalmente com a realidade adversa (Moura & Ximenes, 2016). Consequentemente, a relação que pessoas em situação de rua obtêm com o

uso de SPAs pode variar, podendo-se constituir enquanto usuários recreativos esporádicos, usuários habituais ou usuários dependentes (Hart, 2014; Moura & Ximenes, 2016).

Corroborando com a teoria, pode-se observar entre os participantes diversos modos de relação com o uso de SPAs. Pedro e Matheus relataram um uso habitual de maconha, considerado por ambos algo necessário para a manutenção do bem-estar cotidiano. Com um histórico de uso extensivo de medicamentos psicotrópicos prescritos em decorrência de um quadro de bipolaridade, Pedro enfatiza a frustração decorrente dos danos obtidos pelo uso de tais substâncias. Por outro lado, compartilha uma sensação de alívio ao deixar o uso de psicotrópicos e passar a fazer um uso rotineiro de maconha e/ou canabidiol. Ele relata:

“Uma gotinha daquela me deixa sóbrio o dia todinho e eu não choro, não tenho remorso (...) é a única coisa que eu tenho de bom, que eu curto.” Assim, o uso da maconha/canabidiol obtém a função de alívio de seus sintomas. Matheus também compartilha uma sensação de “melhora” sobre efeito da maconha, relatando sentir-se mais potente e capaz, ao mesmo tempo em que enfatiza sua habilidade de “controlar-se” em relação ao uso da substância. Matheus também relata fazer uso social do álcool. Outro participante, o João, compartilha:

“Quando tem, tem, quando não tem, amém. Tenho duas rotinas, de noite bebendo, e de dia, trabalhando.”

Como os participantes anteriores, João compartilha necessitar de pouco para se satisfazer e relata que “nunca me deixei abater” pelas drogas. Ele também enfatiza ser uma pessoa “honesta” que trabalha pelo o que consome. Assim, mantém uma compartimentalização de sua vida, fazendo uso diário do álcool, e por vezes do crack, com uso rotineiro durante a noite, enfatizando a importância de manter-se sóbrio durante o dia, enquanto trabalha. João também relata o seu uso de álcool como forma de lidar com o sofrimento da saudade, de memórias dolorosas e da solidão, algo que aparenta se intensificar durante o período noturno, momento em que utiliza da cachaça como anestesia para tais emoções. Ele compartilha:

“Tenho uma companhia muito forte que é a cachaça (...) companheira da mente. Tem que estar muito embriagado para conseguir dormir. Porque a noite é sombria”.

Por fim, Ana relata uma relação com uso de SPAs que se diferencia dos outros participantes, com um histórico de uso de solventes que se iniciou na infância. Relata que observava os colegas de rua usando-os e, quando experimentou, achou gostoso. Depois disso, não conseguia ficar sem e passou a fugir de casa para cheirar. Depois de adulta, conheceu o crack, sentia sintomas de abstinência quando não usava e se prostituía para conseguir manter o vício. Atualmente, depois de 35 anos de uso, encontra-se em abstinência por mais de 8 anos.

Evidencia-se, pelo conteúdo apresentado na presente categoria, uma diversidade de funções exercidas pelo uso de SPAs entre pessoas em situação de rua, podendo constituir-se em um uso recreativo esporádico ou habitual, até uma relação de dependência com o uso de SPAs. A seguir, será apresentada a experiência tida pelos participantes com programas voltados para usuários de SPAs.

## **5.2 EXPERIÊNCIAS COM PROGRAMAS VOLTADOS PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS**

A Política Nacional de Redução de Danos, como sendo um modo clínico de atuar com efeitos terapêuticos eficazes, defende o direito de escolha do usuário e o controle de consequências negativas associadas ao uso de substâncias psicoativas, sem necessariamente interferir no consumo de substâncias psicoativas. Já o paradigma da abstinência tem como objetivo a descontinuidade imediata do uso. Dessa forma, há um embate entre a Política Nacional de Redução de Danos (RD) e o paradigma da abstinência (Lopes & Gonçalves, 2018). De acordo com as falas dos participantes, percebe-se a ineficácia de programas que visam à abstinência, como Alcoólatras anônimos, Centros de Recuperação e Comunidades Terapêuticas, mencionadas a seguir:

“Pra mim, tem que ser no tempo de Deus, que não adianta. Porque já fui há muitos psicólogos. Alcoólatras Anônimos já fui. Engraçado que foi pior. Quando foi a noite eu consumi muito mais. Isso que eu não entendo, por isso que eu falo, para muitos dá certo, nem todo mundo dá certo.” (João)

“Antes de conhecer o M., eu ia pro centro de recuperação e nunca conseguia deixar. Eu entrava em abstinência e não conseguia ficar no centro de recuperação, eu fugia pra usar droga.” (Ana)

Dois participantes (Pedro e Matheus) afirmam não ter tido experiências com programas voltados para usuários de substâncias psicoativas, e os outros dois (João e Ana), relatam ter experiências com programas de abstinência. O participante João expôs haver uma piora ao frequentar o programa Alcoolatras Anônimos e a participante Ana informou que, ao entrar em abstinência, tinha recaídas e voltava para as ruas consumir drogas. A prática baseada na abstinência se tornou ineficaz para os casos relatados, o que se deve, provavelmente, a uma abordagem punitiva baseada em uma estrita rotina de atividades a fim de interromper o consumo de álcool e outras drogas. Cabe acrescentar, ainda, a ideia de que os frequentadores dos serviços retomem suas vidas curados da necessidade de usar SPAs, estabelecendo outras relações de consumo (Fossi & Guareschi, 2019).

Ademais, nota-se que dois participantes (João e Pedro) tiveram experiência com psicólogos e psiquiatras e não deram continuidade aos tratamentos. Pedro expressa repúdio pela indústria farmacêutica, em função dos efeitos colaterais dos remédios e por deixá-lo nervoso e agressivo. João, afirma que se sentia pior quando fazia uso dos serviços voltados a usuários de substâncias psicoativas. As experiências negativas com os medicamentos podem vir da ideia de um modelo biomédico que prioriza fatores biológicos em detrimento de categorias psicossociais, em torno de uma “medicalização da vida”, termo proposto por Illich em sua obra “A expropriação da saúde: nêmesis da medicina (1975)”. A sociedade contemporânea, dessa forma, é marcada pelo consumo e medicalização, que acaba por produzir uma abordagem que nega a subjetividade, culpabiliza o sujeito e reduz a autonomia em relação às próprias questões (Costa & Paiva, 2016).

Diante do exposto, percebe-se que o programa de redução de danos torna-se uma alternativa favorável aos usuários de substâncias psicoativas, tendo em vista que também é uma alternativa aos que não desejam ou não conseguem suspender o uso, a fim de ir além de ações de cunho repressivo e que objetivam a abstinência como tratamento. Parte-se do pressuposto, a partir da RD, que as pessoas utilizam SPAs de maneiras distintas e que há diversas formas de compreender o fenômeno, incluindo as dimensões culturais, sociais, psicológicas, biológicas e espirituais. Ainda, os profissionais devem assumir uma postura inclusiva, sem uso de técnicas de confronto, o que contribui positivamente para a inserção de usuários em programas de redução de danos.

De modo geral, modelos baseados em abstinência mostraram-se ineficazes como forma de tratamento, levando em consideração a baixa adesão dos participantes de pesquisa. Ainda, nenhum participante passou por programas de redução de danos, o que pode indicar fragilidades da política atual, mostrando necessário um maior financiamento, propagação de informações e discussão a respeito do tema.

A categoria apresentada a seguir aborda como a história de vida dos sujeitos de pesquisa impacta no uso de substâncias psicoativas.

### **5.3 HISTÓRIA DE VIDA E A SITUAÇÃO DE RUA**

Entre os casos analisados pode-se encontrar um padrão de histórico de vida constituído por vulnerabilidade financeira na família, o envolvimento em atividades laborais na infância e a desintegração de vínculos familiares.

Constituída enquanto um grupo de relações, sejam elas sanguíneas ou não, a família pode ser considerada enquanto um espaço de garantia de proteção integral de seus membros, principalmente crianças, propiciando aportes afetivos e materiais para a manutenção do bem-estar e promoção do desenvolvimento dos indivíduos envolvidos (Paludo & Koller, 2008). Além disso, o estabelecimento de vínculos é próprio do ser humano, e a família é o grupo primário para isso, garantindo aos indivíduos sentimentos de pertencimento e confiança, promovendo o crescimento pessoal (Gomes & Pereira, 2005). No entanto, diversas situações e contextos podem estabelecer famílias que afrouxam laços ao invés de garantir proteção. Uma dessas conjunturas pode ser a vulnerabilidade social.

O Brasil, enquanto nação farta, porém, desigual, é centrado em um modelo econômico que propaga riquezas para poucos e intensifica a pobreza para muitos, ao mesmo tempo que nega-se a atender as necessidades básicas da população. Assim, a escassez de oportunidades e garantia de direitos básicos tem seu principal determinante na estrutura econômica social desigual (Gomes & Pereira, 2005).

A família em vulnerabilidade social estabelece-se enquanto um conjunto de indivíduos, que encontram-se com acesso reduzido a bens, recursos e direitos básicos como educação, saúde, habitação, emprego, lazer, etc. (Costa, Ping & Massari, 2018; Gomes &



Pereira, 2005). Diante de tais circunstâncias, a tendência de individualização dos fenômenos sociais pode resultar na culpabilização e responsabilização da família pela falha na garantia de proteção de seus membros. Ressalta-se que tais problemas têm seu determinante primário na estrutura desigual do país e no abandono desses indivíduos pelo Estado. Assim, considera-se que a criança no trabalho precoce, em situação de rua, ou envolvida com uso de SPAs, é reflexo de uma família desassistida como um todo pelo Estado (Costa, Ping & Massari, 2018).

Diante de tais reflexões, entre os participantes entrevistados observa-se que todos cresceram em famílias de baixíssima renda, cujos parentes não tinham acesso a carteira remunerada, renda fixa ou condições financeiras básicas para sustentar suas famílias nucleares de uma média de sete membros. Os participantes são filhos e filha de trabalhadores do setor terciário inferior, como vendedores de semáforo, vigias de carro, lixeiros e faxineiras. Cresceram em bairros periféricos, em situações de moradia já precárias antes mesmo de encontrarem-se em situação de rua, desde pequenos já vivenciando a miséria e marginalização da desigualdade social aguda.

Conseqüentemente, observa-se que, devido a condição de extrema vulnerabilidade de suas famílias, todos os participantes tiveram um envolvimento precoce com o trabalho infantil, a fim de complementar a renda familiar e auxiliar na sustentação de suas famílias.

Famílias em vulnerabilidade social sofrem influências de modelos familiares vigentes, mas diferem das famílias de classe média ou alta, sendo necessário a adoção de modos de vida mais compatíveis com suas condições socioeconômicas. Conseqüentemente, organiza-se a dinâmica grupal familiar de modo que se estabelece uma rede de apoio mútua, em que todos participam da manutenção do grupo, no sustento e no cuidado, inclusive crianças e adolescentes, proporcionando o envolvimento precoce em atividade laborais, auxiliando na renda familiar e garantindo recursos para o grupo como um todo (Silva, Cota & Nascimento, 2019; Paulo & Koller, 2008).

Assim, Pedro passou a engraxar sapatos na rodoviária com 6 anos de idade para auxiliar a renda familiar e, quando encontrou-se em situação de rua aos 7, continuou a trabalhar para sustentar a si mesmo. Ana também trabalhou quando criança e desde que se lembra acompanhava sua mãe e irmãos como vigia de carros.

De forma semelhante, João começou a vender rosas no semáforo aos 7 anos de idade, após seu pai falecer em um acidente de trabalho, e sua mãe ter ficado com a carga de sustentar 6 filhos sendo que aos 10 anos já trabalhava como pedreiro. Em decorrência dessa situação de vulnerabilidade extrema e o envolvimento precoce em atividades laborais, observa-se que os participantes não tiveram acesso a oportunidades de ensino ou de alfabetização, intensificando a situação de marginalização social e a inacessibilidade a condições básicas de vida. Além disso, outro fator contribuinte para tal conjuntura, são os conflitos familiares vivenciados pelos participantes.

A sustentação da vida familiar depende da garantia de condições básicas, sendo que, em situações de escassez e privação, a construção de vínculos pode ficar ameaçada. Assim, a família em vulnerabilidade social pode encontrar dificuldades de convívio familiar, podendo resultar em conflitos, desequilíbrios e desagregações (Gomes & Pereira, 2005). Assim, o Pedro relata:

“Quando voltei, apanhei de novo, meu pai me encheu de porrada, de soco, ele achava que a gente merecia isso. (As paredes da casa eram) Cheias de prego, que grudavam no meu corpo. Minha mãe falou “Filho, fica lá na rua até seu pai melhorar”.”

A conjuntura familiar compartilhada por Pedro demonstra-se bastante conturbada e potencialmente perigosa, se estabelecendo quando Pedro tinha ainda 6 anos de idade, com punições físicas exercidas por seu pai que lhe batia com um cinto de couro, e culminando em brigas de soco aos 10 anos de idade, momento em que Pedro foi aconselhado por sua mãe, que temia pela vida de Pedro, a sair de casa. Assim, no caso de Pedro, além da situação de vulnerabilidade social, a situação abusiva vivenciada dentro de casa foi um fator central para sua situação de rua.

De forma semelhante, Matheus descreve sua vida família como “era o mesmo que eu não ter amor em casa”. Constituída por um pai ausente e alcoólatra e uma mãe que não demonstrava carinho, sua família nuclear eventualmente se desintegrou. Matheus passou a viver com sua avó e depois com seus tios e 6 primos em um barraco apertado. Foi quando Matheus encontrou-se em situação de rua.

Diante de tais observações, conclui-se que a vulnerabilidade social vivenciada pela família dos participantes constitui-se enquanto um fator determinante para a situação de rua, podendo intensificar outros fatores de risco, como violência doméstica, desintegração de laços familiares, evasão escolar e trabalho infantil. A seguir será discutido como o envolvimento na Revista Traços impacta o uso de SPAs entre os porta-vozes.

#### **5.4 PROJETO SOCIAL REVISTA TRAÇOS E O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS**

Em página oficial, o projeto social da Revista Traços é descrito como “palco para transformar vidas e dar luz à expressão artística de Brasília. Uma iniciativa de empoderamento e reinserção social e conteúdo de muita qualidade.” Caracterizada como um veículo de comunicação que visa à promoção da produção cultural no Distrito Federal. A Traços é um instrumento de geração de renda, a partir da venda das revistas e de reinclusão social para pessoas em alta vulnerabilidade (Revista Traços[1]).

Desse modo, é possível estabelecer uma rotina de trabalho, estimular o autocuidado, recuperar a autoestima e sair do ciclo da pobreza e das limitações das ruas. Os vendedores, chamados de Porta-Vozes da Cultura, recebem treinamento e acompanhamento, incluindo planejamento financeiro e de vida, encaminhamentos para acesso à rede socioassistencial, apoio educacional e inserção em atividades e ações culturais (Revista Traços[2]). Nas falas de todos os Porta-Vozes, nota-se a satisfação da participação do projeto, presentes a seguir:

“A Traços é transformação. A Traços transformou minha vida, e hoje eu posso te dizer, que eu sou ser humano. Porque antes eu era tirado como criminoso e bandido.” (Pedro)

“A Revista Traços me ajudou muito e está me ajudando até hoje.” (João)

“A Revista Traços me ajudou me dando oportunidade, me ajudando a conhecer a cultura de Brasília. A Traços é para mim um gesto de amor que vem para nos ajudar, que vem para dar oportunidade para quem quer oportunidade.” (Ana)

“Às vezes a pessoa pode ter uma vida boa, uma família equilibrada, mas está precisando de emprego e a única oportunidade que encontra é a Traços, que é para pessoas em situação de rua e vulneráveis.” (Matheus)

Projetos sociais são ações conjuntas e encadeadas capazes de mudar a perspectiva de vida de uma pessoa, oferecendo possibilidade de desenvolvimento econômico e social (Feijó & Macedo, 2012). Em um país em que as oportunidades não são igualitárias e que o Estado se faz ausente em partes do território, pessoas acabam desamparadas. Diante dos depoimentos acima, nota-se a contribuição do projeto na vida de pessoas que estiveram em situação de rua, do trabalho como uma forma de transformação de vida.

De acordo com Junior, Schlindwein & Calheiros (2016), o trabalho é uma das formas de desenvolvimento social e pessoal do sujeito, que contribui para formar vínculo e expressar a subjetividade. Em um estudo de Fontaine (2006), observou-se a tendência entre usuários de substâncias psicoativas fazerem o uso no tempo livre de trabalho, ou seja, dissociado do campo profissional. A maconha, por exemplo, era utilizada para "relaxar após o trabalho" (Lima, 2010).

Três Porta-Vozes afirmaram fazer uso de substâncias psicoativas fora do ambiente de trabalho. O participante Matheus faz o uso de álcool e maconha apenas socialmente, considerando o uso controlado. O participante João faz uso regular de álcool à noite, levando em conta que no dia seguinte precisa trabalhar, e sabe dividir bem o dia e a noite. Por fim, o participante Pedro relata fazer uso da maconha em quantidade menor em comparação à antes de assumir a Revista Traços, como uma forma de anestesiar as sensações. Um ponto importante de ressaltar é que para ingressar e se manter no projeto, é necessário que o interessado siga um código de conduta. Uma das regras estabelecidas envolve não trabalhar sob o efeito de álcool ou de drogas, o que pode ter contribuído para a diminuição do uso de substâncias.

Apenas a participante Ana parou de usar substâncias psicoativas ao entrar na Revista Traços, que contava com o uso de crack, cola, thinner e cigarro. Seu discurso perpassa a ideia de que não sente vontade de voltar para a vida de antes, e que precisa dar exemplo para os filhos, para que os mesmos não passem pelo mesmo que ela passou, como frio, fome e risco de morrer. De acordo com Gomes e Pereira (2005), a família desempenha o papel fundamental de garantia de sobrevivência e proteção dos filhos, independente de seu arranjo. Pessoas que estão em situação de rua, dessa forma, estão sujeitas a fome, miséria e apresentam rede de apoio enfraquecida para enfrentar as adversidades, o que

consequentemente resulta em uma desestruturação familiar. Ana tem uma longa história nas ruas e de enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas, e encontrou na Revista Traços uma forma de se reerguer e poder dar aos filhos o que não teve. Por fim, afirma que a traços contribuiu como mudança de vida, presente nas seguintes falas:

“Depois que eu conheci a Traços eu aprendi a ter confiança e olhar pras coisas boas. E não ficar levando aquelas coisas que eu fazia antes, que destruíam meu próprio corpo.” (Ana)

“Aí eu consegui vencer o crack, a cola, o thinner e o cigarro. Já não uso mais, vai completar oito anos e não sinto vontade de voltar para a vida que vivi.” (Ana)

André Noblat, editor-chefe e idealizador da Traços, em entrevista para Agência Brasília, estima que cerca de 70% de quem ingressa no projeto tem envolvimento com drogas e, aos poucos, a maioria abandona o vício. O que caracteriza uma pessoa dependente é a perda do controle sobre o uso de drogas ou sobre determinados comportamentos, como afirmam Rolnik e Sholl-Franco (2006). De acordo com falas dos participantes, o uso de substâncias atualmente é “controlado” e “não viciante”, e relacionado aos aspectos de vida mencionados pelos sujeitos, nota-se que não houve perda de controle sobre o uso, sendo feito de forma consciente.

Ficou evidente, na presente categoria, a transformação que a Revista Traços trouxe para os Porta-vozes da cultura, como uma forma de obter trabalho e renda fixos, para pessoas que estiveram em situações de vulnerabilidade social. Relacionando o trabalho ao uso de substâncias psicoativas, verifica-se uma diminuição ou abandono do uso pelos participantes, seja por uma ressignificação da vida, lazer ou uso após o trabalho, de forma não viciante, como comparado na história de vida passada dos sujeitos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos dados apresentados observa-se o uso de SPAs entre pessoas em situação de rua obtém uma variedade de funções, divergindo de acordo com a subjetividade individual e o contexto de cada sujeito, não se limitando somente ao uso problemático, mas também se manifestando em usos recreativos, sejam esporádicos ou habituais. Nesta conjuntura, o histórico de vida dos indivíduos tem grande impacto e influência sobre a situação de rua, sendo que famílias em situação de vulnerabilidade social, o trabalho infantil e uma desintegração dos vínculos familiares podem ser fatores de risco para a ida às ruas e, consequentemente, também para o uso de SPAs.

Diante de tal desassistência e desigualdade, programas voltados para usuários de SPAs fundamentados no paradigma da abstinência demonstraram-se ineficazes e, por vezes potencialmente danosos. Por outro lado, a Traços surge como projeto social potencializador de transformações, assegurando não somente uma fonte de renda, mas também de reinserção social e, conseqüentemente, de dignidade. Ainda mais, adotando uma atitude que demanda a abstinência, mas exige a sobriedade dos porta-vozes durante as horas de trabalho, os participantes da pesquisa demonstraram uma redução do uso de SPAs após o envolvimento com a revista.

Assim, evidencia-se que o paradigma da abstinência no tratamento de usuário de SPAs demonstra-se, não somente como ineficaz, mas também como fator catalizador da culpabilização e patologização dos usuários, sendo potencializado pela lógica da “medicalização da vida” e o distanciamento do modelo biopsicossocial, compreendendo o indivíduo exclusivamente a partir da interação do seu biológico com a química da substância (Moura & Ximenes, 2016).

Em contraposição ao paradigma da abstinência, a redução de danos busca controlar as conseqüências negativas do uso de SPAs, enquanto acolhe o sujeito em sua realidade e garante seus direitos enquanto indivíduo (Moura & Ximenes, 2016). No entanto, considerando a ausência de experiência dos participantes da pesquisa com tais intervenções, enfatiza-se a importância do fortalecimento de políticas voltadas para a redução de danos e da proteção dos avanços que já foram alcançados.

Observa-se como limitações da pesquisa realizada, a restrito acesso aos participantes, devido às medidas de isolamento social a serem tomadas durante a pandemia do novo Coronavírus, sendo inviável estratégias de coleta de dados envolvendo atividades em grupo ou contato mais prolongado com os participantes. Assim, o número de participantes da pesquisa também foi limitado.

## REFERÊNCIAS

- Alcantara, S. C., Abreu, D. P., Farias, A. A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*, 24(1), 129-143.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.
- Baremblytt, G. (1998). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Boni, V., Quaresma, J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80.
- Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. (2011). *Drogas Psicotrópicas*. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP.
- Costa, P. H. A., Paiva, F. S. (2016). Revisão da literatura sobre as concepções dos profissionais de saúde sobre o uso de drogas no Brasil: modelo biomédico, naturalizações e moralismos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 26(3), 1009-1031.
- Costa, S. L., Ping, C. T., Massari, M. G. (2018). Famílias em situação de rua: perspectivas de trabalhadores e usuários do SUAS sobre proteção social e guarda familiar. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4).
- Cotrim, B. C. (1996). Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. *Rev. Saúde Pública*, 30(3), 285-93.
- Feijó, M. R., Macedo, R. M. S. (2012). Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(2), 193-202.
- Fontaine, A. *Double vie - les drogues et le travail*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond, 2006.
- Fossi, L. B., Guareschi, N. M. F. (2019). Aspectos punitivos do tratamento nas comunidades terapêuticas: o uso de drogas como dano social. *Revista Psicologia e Saúde*, 11(1), 73-88.
- Gerhardt, T. E., Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gomes, M. A., Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 357-363.
- Günther, H. (2006). Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-210.
- Hart, C. (2014). *Um preço muito alto*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Junior, I. J. F., Schlindwein, V. L. D. C., Calheiros, P. R. V. (2016). A relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura PSI. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(1), 104-122.

- Kunz, G. S., Heckert, A. L., Carvalho, S. V. (2014). Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(3), 919-942.
- L'Abbate, S. (2012). Análise Institucional e Intervenção: breve referência à sua gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. *Mnemosine*, 8(1), 194- 219.
- Lima, M. E. A. (2010). Dependência química e trabalho: uso funcional e disfuncional de drogas nos contextos laborais. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 260-268.
- Lopes, H. P., Gonçalves, A. M. (2018). A política nacional de redução de danos: do paradigma da abstinência às ações de liberdade. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(1), 1-15.
- Lourau, R. (2004). Uma apresentação da Análise Institucional. Em Altoé, S. (org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral* (pp. 128-139). São Paulo: Hucitec.
- Machado, L. V., Boarini, M. L. (2013). Políticas sobre drogas no Brasil: estratégia de redução de danos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 580-595.
- Mendes, C. R. P., Horr, J. F. (2014). Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. *Revista Psicologia e Saúde*, 6(1), 90-97.
- Ministério de Justiça e Cidadania - MJC (2017). *O uso de substâncias psicoativas no Brasil*. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Neto, J. L. F. (2017). A analítica da subjetivação em Michel Foucault. *Revista Polis e Psique*, 7(3), 7 – 25.
- Paludo, S. S., Koller, S. H. (2008). Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 45-52.
- Rolnik, A. L., Sholl-Franco A. (2006). As profundezas do vício: “Quando eu quiser, eu paro!”. *Ciência & Cognição*, 9, 146-149.
- Rossi, A., Passos, E. (2014). Análise Institucional: Revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*, 5(1), 156-181.
- Schraiber, L. B. (1995). Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Ver. Saúde Pública*, 29 (1), 63-74.
- Serafino, I., Luz, L. C. X. (2015). Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. *Revista Katálysis*, 18(1), 74-85.
- Sicari, A. A., Zanella, A. V. (2018). Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. *Psicologia: ciência e profissão*, 38(4), 662-279.
- Silva, A. J. N., Costa, R. R., Nascimento, A. M. R. (2019). As implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infanto-juvenil: da família à assistência social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(2).



Soler, R. D. V. (2008). Uma história política da subjetividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(2), 572-582.

Souza, S. E. F., Mesquita, C. F. B., Souza, F. S. P. (2017). Abordagens na rua às pessoas usuárias de substâncias psicoativas um relato de experiência. *Saúde Debate*, 41(112), 331-339.

Vasconcelos, E. M. (2016). *Reforma Psiquiátrica, Tempos Sombrios e Resistência: Diálogos com o Marxismo e o Serviço Social*. Campinas: Papel Social.

Víctora, C. G., Knauth, D. R., Hassen, M. N. A. (2000). *Pesquisa Qualitativa em Saúde: introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editora.

## **ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Quais são suas experiências com álcool e outras drogas?
2. Como é o seu relacionamento atual com essas substâncias?
3. O que motiva o seu uso de álcool e outras drogas?
4. O seu trabalho na Traços teve alguma influência no uso dessas substâncias?
5. Você já teve experiências com programas voltados para usuários dessas substâncias?
6. Quais suas experiências com programas voltados para usuários de álcool e outras drogas?

## ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Vivências de pessoas em situação de rua com o uso de substâncias psicoativas: Um estudo no contexto do Distrito Federal**

**Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília (UnICEUB)**

**Pesquisador(a) responsável: Leonardo Mello**

**Pesquisadoras assistentes [aluno(a) de graduação]: Brisa Manuela dos Reis Vanazzi e Mércia Correia Lazzaretti**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

### **Natureza e objetivos do estudo**

- O objetivo específico deste estudo é investigar as vivências da população em situação de rua que usam ou que já usaram substâncias psicoativas.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por pertencer aos critérios de inclusão.

### **Procedimentos do estudo**

- Sua participação consiste em relatar vivências pessoais acerca da situação de rua e uso de substâncias psicoativas.
- O procedimento é composto por entrevistas individuais.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- Em caso de gravação, filmagem, fotos, explicitar a realização desses procedimentos.

- A pesquisa será realizada na instituição da revista Traços.

#### **Riscos e benefícios**

- Este estudo possui baixo risco que é inerente do procedimento de exposição de vivências pessoais.
- Medidas preventivas durante o projeto serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Entre elas uma maior atenção por parte das participantes em relação a reações que possam indicar desconforto dos sujeitos de pesquisa e o acolhimento caso seja necessário.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre uso de substâncias psicoativas no contexto de situação de rua.

#### **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

#### **Confidencialidade**

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (fitas, entrevistas etc) ficará guardado sob a responsabilidade das pesquisadoras Brisa Manuela dos Reis Vanazzi e Mércia Correia Lazzaretti com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade. Os dados e instrumentos utilizados ficarão arquivados com o(a) pesquisador(a) responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail [cep.uniceub@uniceub.br](mailto:cep.uniceub@uniceub.br). Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será

arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Participante

---

Leonardo Mello, telefone institucional: 39661511

---

Brisa Vanazzi a s s i s t e n t e / email: brisavanazzi@hotmail.com

---

Mércia Lazzaretti a s s i s t e n t e / email: mercialazzaretti@gmail.com

**Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:**

Instituição: Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

Endereço: SEPN 707/907 - Campus Universitário

Bairro/CEP/Cidade: Asa Norte/ 70790-075/Brasília - DF

Telefones p/contato: (61) 3966-1201